

RELATÓRIO E CONTAS 2024

Índice

Relatório de Gestão

Contas do Exercício de 2024

- Demonstração dos Resultados, Período Findo em 31 de dezembro de 2024
- Balanço em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período 2023 e 2024
- Demonstração de Fluxos de Caixa, Período Findo em 31 de dezembro de 2024

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2024

1. Identificação
2. Referencial Contabilística
3. Principais Políticas Contabilísticas
4. Caixa e Depósitos Bancários
5. Créditos a Receber
6. Ativos Fixos Tangíveis
7. Ativos Fixos Intangíveis
8. Diferimentos
9. Capital Próprio
10. Fornecedores
11. Estado e Outros Entes Públicos
12. Outras Dívidas a Pagar
13. Vendas e Prestação de Serviços
14. Outros Rendimentos e Gastos
15. Imposto Sobre o Rendimento
16. Fornecimento e Serviços Externos
17. Gastos com Pessoal
18. Clientes e Imparidades de Dívidas a Receber
19. Subsídios à Exploração
20. Outros Créditos a Receber
21. Outras Informações
22. Acontecimentos Após a Data do Balanço

- Informações exigidas por diplomas legais

Relatório de Gestão

Introdução

Nos termos do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais, vem a gerência apresentar o RELATÓRIO DE GESTÃO relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apoiado nas demonstrações financeiras elaboradas para o mesmo exercício.

1. Evolução da Atividade da Empresa

Devido à conjuntura económica Mundial negativa, que já se verificava nos anos anteriores, em virtude de guerras em diferentes países, continuamos a viver períodos de alguma instabilidade e incerteza.

Com esta crise mundial, as taxas de juro continuaram bastante elevadas e a inflação continuou a agravar-se, o que se reflete na capacidade de compra dos agentes económicos.

Não obstante, a Lusopay Instituição de Pagamento, Lda., continuou a apostar no crescimento do número de clientes, aproveitando não só o continuo crescimento das vendas online como o facto de as serem necessários meios de pagamento cada vez mais práticos.

Em conformidade com os anos anteriores, a empresa aposta numa boa política de SEO (Search Engine Optimization) e no desenvolvimento de integrações dos meios de pagamento com software open source e proprietário de terceiros, com a finalidade de continuar o crescimento sustentado de clientes que desejam receber pagamentos por referências de multibanco, Payshop e Mbway, eliminando custos com publicidade.

Em 2024, a Lusopay triplicou a equipa de programação, melhorando o processo de onboarding de clientes, concluindo a programação que permite os clientes fazerem as cobranças dos valores que lhes são devidos através de débito direto.

A empresa, no período de 2024, também se preparou para a entrada em vigor de nova legislação, Regulamento da EU 2022/2554 (DORA), que entra em vigor a 17 de janeiro.

Com todos os esforços feitos no exercício, verificou-se um crescimento da utilização do MBWay, que perfaz 25,65% das nossas transações. Já nas transferências de multibanco, apesar de estas ainda corresponderem a 73,81% das transações de 2024, verificamos um decréscimo na sua utilização.

Apuramos um crescimento de 6,99% no número de transações processadas, para além do aumento na carteira de clientes.

Neste ano, será implementado o sistema de cobranças por débito direto, cartão de crédito e serão feitas novas integrações nos softwares já existentes.

Projeta-se ainda para 2025, a contratação de novos funcionários para a área comercial, de forma que se consiga fazer chegar a informação dos nossos serviços a mais utilizadores e para a área da programação de forma a desenvolvermos softwares mais práticos e eficientes.

De forma a continuarmos a desenvolver o crescimento, será criado o departamento para compliance e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Com este novo departamento, pretendemos mostrar aos nossos clientes, aos já existentes e aos potenciais, que somos uma empresa que zela pelo combate à corrupção e à segurança Mundial.

A Lusopay Instituição de Pagamento, Lda., apresentou um resultado positivo de € 174.007,34. Contempladas todas as circunstâncias referidas anteriormente, bem como os resultados do ano anterior, o resultado foi satisfatório.

A empresa teve um resultado económico bastante positivo, com aumento no volume de negócios em 6,29% relativamente ao exercício de 2023.

1.1 Investimento

De forma que os novos colaboradores tivessem os meios necessários para desenvolver a sua atividade, a empresa fez apenas investimento em equipamentos destinados a esse fim.

1.2 Gastos

Durante o exercício, apenas foram feitos gastos destinados à atividade operacional da empresa.

1.3 Rendimentos

Os rendimentos apresentados, resultaram da atividade operacional da sociedade.

1.4 Atividade de Investigação e Desenvolvimento

Durante o período económico, a empresa desenvolveu o método de cobranças por débito direto e aperfeiçoou softwares já existentes de forma a serem mais eficientes.

2. Evolução Previsível da Sociedade

A Lusopay, tal como se tem vindo a verificar, continuará a implementar a sua estratégia de comunicação comercial, através de publicidade online, e investindo na contratação de novos funcionários na área comercial, de modo a dar conhecimento da sua atividade a mais utentes. Vai também investir na área informática para que os processos se tornem mais simples, atrativos e seguros.

Pretendemos continuar a fazer um acompanhamento personalizado e de acordo com as necessidades dos nossos clientes, mas que estes não estejam preocupados com a dificuldade do processo.

A empresa irá também manter a estratégia até agora aplicada relativamente aos serviços de pagamentos através de referências de multibanco, Payshop e MBway, juntamente com a cobrança por débito direto.

A instabilidade que as várias guerras continuam a proporcionar, ainda não nos permite elaborar cenários futuros com a segurança desejada, já que não é possível conhecer o impacto no poder de compra dos consumidores e se haverá alterações na circulação de mercadorias entre determinados países.

Apesar de o aumento do volume de negócios neste exercício ter sido significativo, a Lusopay vai continuar a trabalhar em estratégias para que seja possível continuar a aumentar a atividade da empresa.

Tenciona-se continuar a desenvolver novas parcerias com fornecedores de forma a reduzir despesas. Esperamos assim, aumentar os lucros e aplicar taxas mais baixas nos nossos serviços.

3. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, a gerência propõe que o resultado líquido apurado, no montante de € 174.007,34 seja distribuído pelos sócios.

4. Declarações

4.1 Dívidas ao Estado

A empresa não apresenta dívidas ao Estado.

4.2 Dívidas à Segurança Social

A Lusopay não tem qualquer dívida em mora à Segurança Social.

4.3 Dívidas ao Pessoal

A entidade tem os salários dos funcionários todos regularizados.

São Félix da Marinha, 31 de janeiro de 2025

A gerência,

Lusopay, Instituição de Pagamento, Lda

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO			
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2024	2023 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	13	751 106,49	706 665,27
Subsídios à exploração	19	6 464,94	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16	(439 502,81)	(534 051,86)
Gastos com o pessoal	17	(95 638,18)	(64 901,91)
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(307,99)	
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	7 286,98	6 795,33
Outros gastos	14	(1 640,84)	(3 934,12)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		227 768,59	110 572,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(5 504,51)	(5 248,31)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		222 264,08	105 324,40
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		222 264,08	105 324,40
Imposto sobre o rendimento do período	15	(48 256,74)	(22 070,17)
Resultado líquido do período		174 007,34	83 254,23

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2024

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	6	1 051,47	
Ativos intangíveis	7		5 249,87
Créditos a receber	5	2 549,63	1 277,48
Ativos por impostos diferidos			
		3 601,10	6 527,35
Ativo corrente:			
Outras créditos a receber	20	20 096,00	
Diferimentos	8	4 440,38	1 179,12
Caixa e depósitos bancários	4	1 099 681,35	908 101,02
		14 124 217,73	909 280,14
Total do Ativo		1 127 818,83	915 807,49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:		9	
Capital subscrito		125 000,00	125 000,00
Reservas legais		25 000,00	25 000,00
Outras reservas		170 000,00	220 165,77
		320 000,00	370 165,77
Resultado líquido do período		174 007,34	83 254,23
		494 007,34	453 420,00
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		494 007,34	453 420,00
Passivo			
Passivo não corrente:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	10	18 864,72	727,84
Estado e outros entes públicos	11	38 236,41	9 264,71
Outras dívidas a pagar	12	576 710,36	452 394,94
		633 811,49	462 387,49
Total do passivo		633 811,49	462 387,49
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 127 818,83	915 807,49

A Gerência:_____

O Contabilista certificado (19641):_____

Montantes expressos em EUR														
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no Cap.próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	9	125 000,00			25 000,00	220 165,77				83 254,23	453 420,00		453 420,00
Alterações no período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem.financieiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio								83 254,23			(83 254,23)	(133 420,00)		(133 420,00)
	7							83 254,23			(83 254,23)	(133 420,00)		(133 420,00)
Resultado líquido do período	8	9									174 007,34	174 007,34		174 007,34
Resultado integral	9 = 7+8										90 753,11	40 587,34		40 587,34
Operações c/detentores de Cap.Próprio:														
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições							(50 165,77)	(83 254,23)						
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10						(50 165,77)	(83 254,23)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	9	125 000,00			25 000,00	170 000,00	0,00			174 007,34	494 007,34		494 007,34

Página 2 de 2

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

Montantes expressos em Euros														
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no Cap.próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	9	125 000,00			22 884,07	222 443,20				79 838,50	450 165,77		450 165,77
Alterações no período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem.financieiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio								79 838,50			(79 838,50)	(80 000,00)		(80 000,00)
	7							79 838,50			(79 838,50)	(80 000,00)		(80 000,00)
Resultado líquido do período	8	9									83 254,23	83 254,23		83 254,23
Resultado Integral	9 = 7+8										3 415,73	3 254,23		3 254,23
Operações c/detentores de Cap.Próprio:														
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições						2 115,93	(2 277,43)	(79 838,50)						
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10					2 115,93	(2 277,43)	(79 838,50)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6+7+8+10	9	125 000,00			25 000,00	220 165,77	0,00			83 254,23	453 420,00		453 420,00

Página 1 de 2

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

Lusopay, Instituição de Pagamento, Lda

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

dezembro 24
(Método Directo)

		Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	18	911 141,57	850 897,75
Pagamentos a Fornecedores	10	(483 436,69)	(608 457,25)
Pagamentos ao Pessoal	17	60 813,70	(40 240,30)
Caixa gerada pelas operações		488 518,58	202 200,20
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	11	(19 314,00)	(20 430,00)
Outros recebimentos/pagamentos	5 e 12	(283 570,07)	(201 210,99)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		185 634,51	(19 440,79)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	7	(1 306,11)	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1 306,11)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento	14	7 251,93	6 738,52
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		7 251,93	6 738,52
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		191 580,33	(12 702,27)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		908 101,02	920 803,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 099 681,35	908 101,02

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(montantes expressos em euros)

1. Identificação

LUSOPAY, INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

Avenida Manuel Violas, n.º 476, S.28.1

4410-137 São Félix da Marinha, V. N. Gaia

NICP 508 285 410

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de V. N. Gaia sob o n.º 508 285 410

Capital Social € 125.000,00

CAE

- Atividade Principal: 64923 – Outras Atividades de Crédito, N.E.
- Atividade Secundária: 66120 – Atividade de negócio p/ conta de terceiros, valores mobiliários, outros instrumentos financeiros

2. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilístico da empresa, que assenta nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Atendendo que não se verificaram alterações entre o exercício apresentado e o anterior, os mapas apresentados são comparáveis nos dois exercícios.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

A. Ativos Fixos Tangíveis

Após os bens se encontrarem disponíveis para uso, as depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciable dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado e imputadas aos resultados do período

numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo. O valor residual atribuível ao bem é determinado com base na estimativa do valor recuperável no final da sua vida útil. Na data do balanço, é efetuada uma revisão das vidas úteis e dos valores residuais dos ativos procedendo-se aos ajustamentos que se revelem necessários.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo na data de alienação/abate é reconhecido em resultados como “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

B. Instrumentos financeiros

Contas a Receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos quaisquer perdas por imparidade. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

Fornecedores e contas a pagar

As contas de fornecedores e as contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Não existe caixa. Os equivalentes de caixa compreendem depósitos à ordem e depósitos a prazo.

As contas de depósitos à ordem são utilizadas conforme a atividade da empresa, sendo as contas 0000045479999867 do Banco Millennium BCP e 322/200004725 do Banco BBVA usadas exclusivamente para as transações relacionadas com a atividade de serviços de pagamento.

C. Provisões

São constituídas provisões somente quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, sempre que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser fiavelmente mensurado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

No exercício de 2024 não existe Provisões.

D. Subsídios e apoios do Governo

Os Subsídios e apoios do Governo são registados no período a que se referem, procedendo-se à respetiva especialização do exercício.

E. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

F. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando é provável que os benefícios económicos associados à transação irão fluir para a empresa.

Os réditos provenientes das prestações de serviços são reconhecidos como:

- a) Pacotes de Referências (Ativação, Renovação)
- b) Comissões

G. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período respeita ao imposto corrente.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

No exercício findo, o imposto sobre o rendimento engloba só o imposto corrente não tendo sido reconhecidos impostos diferidos.

3.2 - Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS foram utilizadas estimativas significativas que afetam as quantias escrituradas de determinados ativos e passivos, rendimentos e gastos assim como de outra informação divulgada das notas/anexo durante o período de reporte. A gerência monitoriza periodicamente as estimativas e pressupostos com base em toda a informação disponível à data de preparação/aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso,

bem como com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas, pelo que o referido procedimento não evita que os valores reais possam diferir das estimativas efetuadas.

4. Caixa e Depósitos Bancários

O montante apresentado em depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

	31-dez-24	31-dez-23
Depósitos Bancários		
Disponibilidade em outras instituições de crédito	1 099 681,35 €	908 101,02 €
Depósitos Bancários	1 099 681,35 €	908 101,02 €

Faz parte da rubrica de Depósitos em Outras Instituições de Crédito uma conta poupança de € 304.462,53.

5. Créditos a Receber

Faz parte desta rubrica um Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pela entidade, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores.

Consta ainda desta rubrica, o valor da caução da renda no valor de € 1.272,45, que será devolvida quando a empresa deixar as instalações.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31-dez-24					
Activo bruto	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Equipamento básico	428,25 €	599,60 €			1 027,85 €
Equipamento Material de Escritório		706,51 €			706,51 €
Equipamento administrativo	1 273,11 €				1 273,11 €
TOTAL	1 701,36 €	1 306,11 €	0,00 €	0,00 €	3 007,47 €
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo inicial	Depreciações do Exercício	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Equipamento básico	428,25 €	59,96 €			488,21 €
Equipamento Material de Escritório		194,68 €			194,68 €
Equipamento administrativo	1 273,11 €				1 273,11 €
TOTAL	1 701,36 €	254,64 €	0,00 €	0,00 €	1 956,00 €
Valor Líquido	0,00 €	1 051,47 €	0,00 €	0,00 €	1 051,47 €

31-dez-23					
Activo bruto	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Equipamento básico	428,25 €				428,25 €
Equipamento administrativo	1 273,11 €				1 273,11 €
TOTAL	1 701,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 701,36 €
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo inicial	Depreciações do Exercício	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Equipamento básico	428,25 €				428,25 €
Equipamento administrativo	1 273,11 €				1 273,11 €
TOTAL	1 701,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 701,36 €
Valor Líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

7. Ativos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31-dez-24					
Activo bruto	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Projetos de desenvolvimento	37 892,64 €				37 892,64 €
Propriedade Industrial	26 236,00 €				26 236,00 €
TOTAL	64 128,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64 128,64 €
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo inicial	Depreciações do Exercício	Perdas por Imparidade	Transferências e abates	Saldo final
Projetos de desenvolvimento	32 642,77 €	5 249,87 €			37 892,64 €
Propriedade Industrial	26 236,00 €				26 236,00 €
TOTAL	58 878,77 €	5 249,87 €	0,00 €	0,00 €	64 128,64 €
Valor Líquido	5 249,87 €	-5 249,87 €			0,00 €

31-dez-23					
Activo bruto	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Projetos de desenvolvimento	37 892,64 €				37 892,64 €
Propriedade Industrial	26 236,00 €				26 236,00 €
TOTAL	64 128,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64 128,64 €
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo inicial	Depreciações do Exercício	Perdas por Imparidade	Transferências e abates	Saldo final
Projetos de desenvolvimento	27 394,46 €	5 248,31 €			32 642,77 €
Propriedade Industrial	26 236,00 €				26 236,00 €
TOTAL	53 630,46 €	5 248,31 €	0,00 €	0,00 €	58 878,77 €
Valor Líquido	10 498,18 €	-5 248,31 €			5 249,87 €

Os ativos intangíveis, foram totalmente amortizados.

8. Diferimentos

Esta rubrica, no valor de € 4.440,39 evidencia as despesas pagas em 2024, mas que o gasto é referente a 2025.

9. Capital Próprio

A 31 de dezembro de 2024, o Capital Próprio, no valor de € 494.007,34 é constituído pelo Capital Subscrito, no montante de € 125.000,00, as Reservas Livres de € 25.000,00, Reservas Legais € 170.000,00 e o Resultado do Período de € 174.007,34.

10. Fornecedores

A empresa encerrou o ano com uma dívida aos seus fornecedores no valor de € 18.864,72.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” (saldo corrente) é o seguinte:

	31-dez-24	31-dez-23
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto a pagar	28 942,74 €	1 640,17 €
Ret. de Imp. Sobre as Pessoas Singulares, trab. dependente	890,00 €	512,00 €
Ret. de Imp. Sobre as Pessoas Singulares, trab. independente	672,10 €	646,25 €
IVA	4 359,07 €	5 240,67 €
Contribuição para Segurança Social	3 372,50 €	1 225,62 €
TOTAL	38 236,41 €	9 264,71 €

12. Outras Dívidas a Pagar

O valor que consta desta rubrica é o que a empresa tem a devolver aos seus clientes, relativamente às transações feitas, em que somos intermediários. Este valor será enviado para as entidades no início do ano 2025

	31-dez-24	31-dez-23
Recurso de clientes e outros empréstimos		
Recurso de clientes	534 752,73 €	425 629,59 €
Total	534 752,73 €	425 629,59 €

Este valor será enviado para as entidades no início do ano de 2025.

As dívidas a pagar ascendem a € 576.710,36, das quais € 534.752,73 são referentes a recursos de clientes, em conformidade com o saldo bancário nas contas de clientes referidas no ponto 3. Estão incluídos ainda os acréscimos de gastos relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos a processar/liquidar no ano 2025 e outros acréscimos e gastos.

13. Vendas e Prestação de Serviços

O valor da prestação de serviços em 2024, verifica-se no quadro abaixo, onde é evidenciado ao aumento referido no início deste relatório:

	31-dez-24	31-dez-23
Prestação de Serviços	751 106,49 €	706 665,27 €
Total	751 106,49 €	706 665,27 €

Podemos ainda verificar as comissões líquidas abaixo, que foram significativas para o resultado apurado, que se encontra em evidência na nota 9.

Comissões Líquidas			
		31-dez-24	31-dez-23
Rendimentos de serviços e comissões (Atividade de Serviços de Pagamento)		751 106,49 €	706 665,27 €
Encargos com serviços e comissões (Atividade de Serviços de Pagamento)		-276 293,81 €	-396 569,79 €
Total		474 812,68 €	310 095,48 €

14. Outros Rendimentos e Gastos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Gastos”, é resultante dos juros e gastos da conta poupança que a empresa possui e apresenta o seguinte detalhe:

	31-dez-24	31-dez-23
Outros Rendimentos	7 296,98 €	6 795,33 €
Outros Gastos	1 640,84 €	3 934,12 €
Total	5 656,14 €	2 861,21 €

15. Imposto sobre o rendimento

O valor do imposto estimado sobre o rendimento no final do período é de € 48.256,74 sendo € 45.071,61 relativo a IRC, € 2.801,88 relativo à Derrama e € 383,25 relativo a Tributação Autónoma. Tendo em conta que foram efetuados Pagamentos por Conta € 19.314,00, o imposto a pagar é € 28.942,74.

Não houve necessidade de reconhecimento quer de Ativos por Impostos Diferidos, quer de Passivos por Impostos Diferidos.

16. Fornecimentos e Serviços Externos

O montante € 439.502,81, registado em Fornecimentos e Serviços Externo, é o que se segue:

	31-dez-24	31-dez-23
Com Fornecimentos		
Material de Consumo	457,43 €	969,97 €
Com Serviços		
Eletricidade	14,71 €	
Rendas	4 857,30 €	4 163,40 €
Comunicações	2 418,43 €	2 602,59 €
Deslocações e Estadas	8 528,23 €	8 299,14 €
Avenças e Honorários	135 718,24 €	107 094,01 €
Publicidade	300,70 €	
Comissões	9 052,51 €	12 979,65 €
Judiciais Contencioso e Notarial	220,00 €	316,50 €
Outros Serviços de Terceiros	1 641,45 €	1 056,81 €
Total	163 209,00 €	137 482,07 €

Neste detalhe, não se evidencia o valor das comissões bancárias, € 276.293,81, já que este já se encontra referido na nota 13.

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2024, foram os seguintes:

	31-dez-24	31-dez-23
Remunerações		
Pessoal	77 395,08 €	51 933,37 €
Encargos Sociais		
Pessoal	16 679,49 €	12 277,22 €
Outros gastos com pessoal	1 563,61 €	691,32 €
Total	95 638,18 €	64 901,91 €

Os valores referidos, correspondem a despesas com os vencimentos de 5 funcionários.

18. Clientes e Imparidades de Dívidas a Receber

O montante recebido dos nossos clientes durante o ano foi de € 911.141,57.

Verificou-se no ano apresentado, a necessidade de criar Imparidade de dívidas a Receber, no valor de € 307,99 relativamente a clientes, uma vez que os valores se encontravam em mora a um tempo bastante considerável.

19. Subsídios à Exploração

Durante o exercício económico, foram registadas várias tranches de subsídios à exploração, que perfaz o total de € 6.464,94.

Este valor corresponde a um incentivo ao emprego.

20. Outros Créditos a Receber

Esta rubrica regista um valor de € 20.096,00, que representa o valor que a empresa tem a receber de outras entidades que não são clientes.

21. Outras informações

À data do balanço a empresa não apresenta quaisquer dívidas ao pessoal, ao Estado e Outros Entes Públicos.

Os honorários com o Revisor Oficial de Contas, no ano 2024, ascenderam a €5.190,60 (IVA incluído).

22. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 serão aprovadas em Assembleia-geral ordinária em 22 de fevereiro de 2025. Não há conhecimento de qualquer acontecimento após essa data que justifique ajustamentos nas Demonstrações Financeiras.

São Félix da Marinha, 31 de janeiro de 2025

A gerência,

O Contabilista Certificado,

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de LUSOPAY, INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.127.818,83 euros e um total de capital próprio de 494.007,34 euros, incluindo um resultado líquido de 174.007,34 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de LUSOPAY, INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA., em 31 de dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de janeiro de 2025



Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.

Representada por

Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo, ROC n.º 959

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160576